

A utopia nacionalista de Hélio Jaguaribe — os tempos do Iseb*

*Angélica Lovatto***

Resumo:

O principal objetivo deste artigo é analisar o pensamento do cientista político carioca Hélio Jaguaribe no Iseb — Instituto Superior de Estudos Brasileiros, em sua fase marcadamente nacional-desenvolvimentista (correspondente ao governo Juscelino Kubitschek), assim como o período de sua produção pós-isebiana, no que diz respeito ao posicionamento frente ao golpe de 64. Pretende-se assim apresentar a utopia nacionalista de Hélio Jaguaribe, identificando sua perspectiva de classe e o paradoxo de seu discurso.

Apresentar o pensamento nacionalista de Hélio Jaguaribe dentro do contexto das décadas de 50 e 60 no Brasil, implica localizar historicamente a constituição do Iseb — Instituto Superior de Estudos Brasileiros. Este artigo, em primeiro lugar, situa o papel deste instituto e, em seguida, problematiza o pensamento de Jaguaribe ali produzido.

Indicaremos também as posições assumidas pelo autor, após sua saída do Iseb, diante do golpe militar de 1964, entendendo esse momento como o divisor de águas de um conjunto de projetos nutridos pelas gerações brasileiras sumariamente abortados.

A formação do Iseb

O grupo de intelectuais que compunha o Iseb — Instituto Superior de Estudos Brasileiros, não tinha posições homogêneas sobre o desenvolvimentismo, embora tivesse um projeto político comum, isto é, a formulação da “ideologia do desenvolvimento” e, a partir daí, a tentativa de intervenção prática na realidade. Na verdade, o Iseb foi um instituto em que vários “nacionalismos” foram produzidos, com pontos em comum, mas marcado por uma dada heterogeneidade, dentro da qual se destaca o papel de Hélio Jaguaribe.

A influência de Jaguaribe no Iseb foi decisiva, a começar pela criação do instituto, que nasceu de uma idéia acalentada anteriormente pelo

* Artigo produzido a partir da dissertação de mestrado, de mesmo nome, PUC-SP, 1996.

** Mestre em Ciências Sociais pela PUC-SP, professora do Departamento de Ciências Sociais da Fundação Santo André, membro do Neils e do Núcleo Emancipação do Trabalho — NET.

autor e um grupo de intelectuais por ele liderado, que se reuniam, nos idos de 1952, no Parque Nacional de Itatiaia, no Rio de Janeiro.

Conhecido como “Grupo de Itatiaia”, esses intelectuais buscaram apoio, ainda durante a gestão de Getúlio Vargas, para a criação de um instituto de pesquisas que assessorasse o governo. Eles viam como urgente a elaboração de um projeto nacional-desenvolvimentista para construir a nação brasileira e o desenvolvimento do país. Desse primeiro esforço nasceu, em 1953, o Ibsp — Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política, diretamente vinculado ao Ministério da Educação e Cultura, fruto de um trabalho de “convencimento” daqueles intelectuais junto ao Ministro da Educação na época, Cândido Mota Filho, no sentido de justificar que o trabalho do instituto serviria aos interesses do Estado brasileiro. Hélio Jaguaribe esteve à frente desses projetos, sendo reconhecido como seu “mentor intelectual”. No Ibsp já estava presente o núcleo de intelectuais que viria a compor mais tarde o Iseb: Cândido Mendes, Álvaro Vieira Pinto, Nelson Werneck Sodré, Alberto Guerreiro Ramos e Roland Corbisier. Este último acompanhava Jaguaribe desde os tempos do IBF — Instituto Brasileiro de Filosofia, com sede em São Paulo.¹

Como secretário-geral do Ibsp, Jaguaribe dirigiu os *Cadernos do Nosso Tempo*, em que publicou textos de fundamental importância para os desdobramentos de sua posterior produção teórica no Iseb. O texto mais importante desse período foi “Para uma política nacional de desenvolvimento”, de 1956. Trata-se de um texto denso, onde Jaguaribe expõe, pela primeira vez de modo mais sistemático, um programa de ação para a burguesia brasileira no sentido de orientá-la para uma intervenção concreta nos destinos da industrialização e “modernização” do país.

Porém, o Ibsp não se firmou. Apesar de estar ligado ao governo federal, não obteve o apoio que demandava para se constituir como órgão de assessoramento governamental. A única estrutura com a qual o instituto contava era a dos *Cadernos do Nosso Tempo*, reduzindo o alcance político e intelectual daquela proposta, insuficiente para exercer a influência pretendida por seus fundadores. Essa insuficiência, no entanto, não pode obscurecer a importância dessa publicação que registra a produção pré-isebiana não só de Jaguaribe, como também dos autores há pouco citados. As dificuldades do Ibsp também correram por conta de que o governo brasileiro passava nesse momento por uma transição bastante difícil, marcada pelo suicídio de Vargas e de todos os desdobramentos políticos até a posse de Juscelino Kubitschek.

1. Jaguaribe se desligou do IBF em 1952, dada a tendência integralista de vários de seus membros, que se contrapunha à afirmação industrializante por ele defendida.

O Iseb, ao contrário de seu antecessor Ibsp, foi criado a partir de uma perspectiva nacional, com toda a infra-estrutura necessária para uma proposta de tal porte, em 14 de julho de 1955, através do Decreto nº 57.608, sob o governo Café Filho. Com um estatuto melhor definido, o Iseb, em princípio, tinha tudo para superar o Ibsp na expectativa de corrigir suas limitações e projetar, de fato, uma proposta nacional-desenvolvimentista para o Brasil.

“Pela ordem natural das coisas”, como afirmou Nelson Werneck Sodré (1978: 16), a direção do Iseb deveria ser de Hélio Jaguaribe, dada sua decisiva influência junto ao grupo. Novamente era ele o intelectual à frente desse empreendimento. Apesar de não ter ficado oficialmente na direção do instituto, que coube a Roland Corbisier, Jaguaribe continuava na liderança intelectual do projeto. Ele só não ocupou oficialmente a direção devido ao seu cargo na Siderúrgica Ferro e Aço, de Vitória. Na verdade, a constituição de um instituto nesses moldes vinha sendo um propósito perseguido por Jaguaribe há anos.

O Iseb possuía vários departamentos e, apesar de sua subordinação direta ao Ministério da Educação e Cultura, foi concebido como um instituto que gozasse de autonomia administrativa. Além disso, segundo seu “Regulamento Geral”, a atuação dos intelectuais ali presentes contava com liberdade de pesquisa, de opinião e de cátedra. O departamento de Política ficou sob a incumbência de Hélio Jaguaribe. Cândido Mendes ficou responsável pelo departamento de História; Álvaro Vieira Pinto, de Filosofia; Evaldo Correa Lima, de Economia; Guerreiro Ramos, de Sociologia. Nelson Werneck Sodré, embora não ficasse com a responsabilidade direta sobre qualquer dos departamentos, fazia parte desse grupo de “isebianos de primeira hora” ou “isebianos históricos”,² que formava o núcleo central do Iseb.

Nos textos isebianos de Hélio Jaguaribe está presente toda uma preocupação com a possibilidade de um desenvolvimento autônomo do capitalismo no Brasil e com o papel desempenhado pela burguesia brasileira nesse processo. São desse período as obras: *A Filosofia no Brasil* (1957), *Condições institucionais do desenvolvimento* (1958a) e *O nacionalismo na atualidade brasileira* (1958b), livro mais importante dessa fase. Esta polêmica publicação motivou, inclusive, a saída do autor deste instituto em abril de 1959, fruto de uma crise interna que atingiu o instituto e que teve como protagonista, além do autor, o sociólogo Guerreiro Ramos, justamente em torno da polêmica questão do monopólio estatal do petróleo e da Petrobrás, debate que mobilizava o país de maneira

2. Assim denominados por Caio Navarro de Toledo, em seu importante trabalho *Iseb: fábrica de ideologias*. (1982).

efervescente naquele momento histórico. O problema central era a participação — ou não participação — do capital estrangeiro na economia nacional. Jaguaribe declarava-se favorável à utilização de capitais estrangeiros na exploração do petróleo brasileiro, dizendo que, desde que disciplinado, poderia trazer o desenvolvimento de que necessitava a nação. Essa posição feria imensamente as posições nacionalistas à época.³

O Iseb foi extinto em abril de 1964, pelo Decreto nº 53.884, de 13 de abril de 1964, assinado por Paschoal Ranieri Mazzili, que respondia pela Presidência nos primeiros momentos da intervenção militar que havia derrubado o presidente João Goulart.

A história do Iseb caracterizou-se, assim, por duas fases bem distintas: uma marcadamente nacional-desenvolvimentista, que coincide com o período juscelinista e que se encerra com a crise interna, marcada pelo desligamento de Hélio Jaguaribe; e outra marcada por uma maior radicalidade na defesa das posições nacionalistas e que acompanhou, por assim dizer, o movimento pelas Reformas de Base, durante o governo Goulart. Não só o grupo de intelectuais desse segundo período é diferente, como também o tipo de publicação que é produzida. São criados os *Cadernos do Povo Brasileiro*, que desde os temas até a formatação, diferenciavam-se das publicações anteriores. Os *Cadernos* eram em formato de bolso, com o objetivo de que fossem lidos pelo maior número possível de pessoas e que não ficassem circunscritos a uma elite. Algumas vezes escreviam para os *Cadernos* os próprios militantes dos movimentos que endossavam as Reformas de Base, como Francisco Julião, que escreveu “Que são as Ligas Camponesas?” (1962). Os temas eram “explosivos”, aspecto facilmente perceptível pelos títulos, como por exemplo: “Quem é o povo no Brasil?” (1962), de Nelson Werneck Sodré; “Por que os ricos não fazem greve?” (1962), de Álvaro Vieira Pinto; “Quem faz as leis no Brasil?” (1963), de Osny Duarte Pereira; “Quem dará o golpe no Brasil?” (1962), de Wanderley Guilherme; “Como seria o Brasil socialista?” (1963), de Nestor de Holanda; “Como atua o imperialismo yanque?” (1963), de Sylvio Monteiro. Estes títulos permitem afirmar a diferença de tratamento que os problemas brasileiros recebem nessa fase final do Iseb.

3. Para um maior aprofundamento sobre a crise interna que o Iseb viveu a partir da polêmica que envolveu esta publicação ver Lovatto, 1996: 14-18.

Essa demarcação das duas fases do Iseb é importante para pontuar a produção de Hélio Jaguaribe em suas devidas dimensões, já que se insere na primeira fase deste instituto, de tendência nacional-desenvolvimentista.

O pensamento de Hélio Jaguaribe

A fase isebiana.

A produção teórica de Jaguaribe, no final dos anos quarenta para o início dos anos cinquenta, caminhou de uma preocupação voltada à reflexão filosófica — que corresponde ao período do Instituto Brasileiro de Filosofia — para o estabelecimento dos parâmetros de uma intervenção prática na realidade brasileira — marcada por sua presença já no Ibsp e Iseb. Esses dois momentos não estão desligados mas, ao contrário, as reflexões sobre a necessidade de produção filosófica, notadamente do nascimento de uma filosofia brasileira, estão diretamente relacionadas com a estruturação de um *programa para a concretização do desenvolvimento*, o que exigiria a constituição de uma ideologia nacional autêntica e representativa. Numa palavra, pela articulação desses dois planos é que seria possível o nascimento de uma proposta nacionalista para o Brasil.

O nascimento da *filosofia brasileira* e o *programa para o desenvolvimento* articulam-se no discurso de Jaguaribe para assegurar a ultrapassagem do estágio de subdesenvolvimento do país. O atraso brasileiro estaria ligado à ausência de uma cultura brasileira autêntica. Neste sentido, a filosofia — concebida como autoconsciência da cultura — seria a base sobre a qual nasceria uma nova cultura no país.

Jaguaribe atribui as razões dessa inautenticidade cultural ao passado colonial do país. A ausência de *condições materiais* e *estímulos espirituais* — necessários ao desenvolvimento de uma autêntica reflexão filosófica — deviam-se à presença lusitana. O país teria ficado tempo demais sob a influência de Portugal, que não experimentou de modo fecundo a *situação de crise* que a Europa viveu a partir do Renascimento e que foi o *fator essencial* para o advento de respostas culturais novas naquela parte do mundo. A crise estrutural que colocou em dúvida a crença no cristianismo teria sido o grande motor das mudanças experimentadas a partir do século XV: *crenças antigas* foram colocadas à prova, dando lugar a *novas crenças*. Excluído dessa dialética das crenças, por sua situação colonial, o Brasil não teria experimentado uma *situação de crise*, ficando privado das condições de desenvolver uma cultura própria e original.

Para Jaguaribe esse teria sido o divisor de águas entre países que se constituíram como nações e aqueles que ficaram impossibilitados de construir sua *nacionalidade*. O movimento verificado a partir do

Renascimento — que foi provocando lentamente *unificações nacionais* no território europeu — deu origem a uma *cultura ocidental* autêntica e original, fruto das respostas que os homens deram frente à crise estrutural das crenças acalentadas na Idade Média. O Brasil teria, portanto, que perseguir a conquista de sua inserção nesta *cultura ocidental*, sem assimilar acriticamente o que viesse dela, mas construindo sua própria originalidade cultural de acordo com aqueles parâmetros. Este fato não ocorreu e o Brasil, ainda no século XX, se via diante de dois fenômenos bastante comprometedores para sua *ocidentalização*. O país estaria paralisado entre dois extremos: a assimilação acrítica de outras culturas, que resultava numa *alienação cultural*; e a valorização excessiva de suas raízes culturais mais primitivas, a despeito de com isso estar preservando sua originalidade — o *nativismo primário*. A mediação perseguida por Jaguaribe teria que se pautar pela construção de novas crenças, vale dizer, de uma *nova cultura de caráter ocidental*, que demandaria, por sua vez, a construção de uma ideologia nacional. Aqui se localiza o centro de sua proposta, haja vista que a *eficácia histórica dessa ideologia* seria a objetivação do *nacionalismo* enquanto programa de desenvolvimento para o país.

O conteúdo desta *nova ideologia* surgida a partir da crise do cristianismo foi, segundo o autor, a *democracia burguesa* e a *economia capitalista*. Sendo assim, seriam esses os *moldes ocidentais* nos quais o Brasil precisaria trabalhar e se ajustar. Caso contrário, suas possibilidades de desenvolvimento estariam comprometidas.

A proposta nacionalista de Hélio Jaguaribe para o Brasil pressupunha que todas as classes sociais participassem do processo de instauração do desenvolvimento, porém a direção caberia a apenas uma classe: a burguesia industrial. Trabalhando seus conceitos a partir da dualidade estrutural que contrapõe o *moderno* ao *arcaico* — como grande parte dos pensadores da época — o autor propõe que a modernização do país seria tarefa de todos os setores da sociedade brasileira reunidos por intermédio de seus *interesses situacionais de classe*. O que haveria de fato seria uma luta interna entre os setores *arcaicos* — leia-se sem interesse na industrialização — e setores *modernos* dentro de cada classe. Em função disso, o autor defende mais a necessidade da luta *dentro* de cada classe como meio para fazer valer a vitória da modernização do que a luta *entre as classes*, uma vez que em estágios de subdesenvolvimento, como o do caso brasileiro, as classes sociais encontrar-se-iam unidas pelo mesmo interesse — o do desenvolvimento. Jaguaribe, portanto, atribui um caráter universal

a um desenvolvimento particular que é do capitalismo, sem questionar em momento algum a quem os interesses de tal industrialização corresponde, evidenciando-se sua perspectiva teórica burguesa.

Além de precisar criar uma cultura original, inserida na cultura ocidental e de reunir todas as classes em torno do objetivo comum do desenvolvimento, o Brasil precisaria superar sua baixa capitalização. O país era atrasado porque subcapitalizado e estaria impedido por toda sorte de estrangulamentos — culturais, sociais, econômicos e políticos — a alcançar seu desenvolvimento nacional. Por isso o conteúdo da proposta nacionalista teria que dar conta de apresentar o instrumento necessário à superação desse atraso e deveria ser um *nacionalismo de fins* e não um *nacionalismo de meios*. Devido à baixa capitalização do país importaria, em primeiro lugar, o aumento de sua poupança interna através da utilização de capitais estrangeiros, pois esta era a maneira mais rápida de alcançar o desenvolvimento nacional. A *finalidade* seria o desenvolvimento e para isso o *meio* necessário não só poderia, como deveria fazer uso dos capitais estrangeiros. Dentro do debate da década de 50 que opunha nacionalismo a “entreguismo”, a proposta de Jaguaribe era imediatamente identificada ao segundo. Não considerava o capital estrangeiro como “força oposta” aos interesses nacionais, mas apenas como “força externa”.

Mas a proposta nacionalista do autor, que procura articular a superação de todos os estrangulamentos presentes na vida brasileira, só se completa com a questão política. É na *política* — portanto no *estado* — que estaria a chave para a resolução do conjunto desses estrangulamentos, pela constituição de *condições institucionais do desenvolvimento*.

A tese central defendida por Jaguaribe era a de que o Brasil precisaria de uma *reforma política*, através da substituição de um *estado cartorial* por um *estado funcional*. O estado cartorial era a expressão de um descompasso entre quem dominava a economia e quem dirigia politicamente o país, reproduzindo tão somente uma *política de clientela*, reiteradora do atraso brasileiro. Esse estado, que abrigava todos os setores arcaicos da sociedade e era controlado pelos representantes mais tradicionais da burguesia, encontrava-se em oposição aos setores modernos que viam seus projetos de industrialização obstaculizados e inviabilizados. A constituição de um *estado funcional* implementado através de uma *política ideológica* — vale dizer, de uma *ideologia nacional* — seriam os instrumentos institucionais dotados de eficácia e objetividade para a promoção do definitivo desenvolvimento do país.

4. O conceito de neobismarckismo só aparece plenamente configurado no texto pós-isebiano *Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político* (1962). É com essa tematização que ganha continuidade a visão de mundo do autor nesse período, pois o conteúdo dado ao neobismarckismo é a tradução mais acabada do *estado funcional* defendido ao longo de toda a década de 50 em seus textos isebianos, produção teórica abruptamente interceptada por sua saída do Iseb, em 1959. Em suma, a defesa do *estado neobismarckiano* é a consumação da ideologia nacionalista de Hélio Jaguaribe.

O nacionalismo de Jaguaribe pode ser sintetizado como o esforço de construir o instrumental necessário para orientar uma intervenção prática da *burguesia industrial* na realidade brasileira, transformando o estado cartorial, superando os estrangulamentos políticos que caracterizavam o país, ultrapassando os pólos arcaicos e atrasados da sociabilidade e trazendo à tona a modernidade, por intermédio da instauração da industrialização e, com isso, o definitivo desenvolvimento brasileiro.

Mais tarde, precisamente em 1962, no primeiro texto publicado após sua saída do Iseb — que consideramos aqui um desdobramento natural de sua fase ainda isebiana precocemente interrompida —, Jaguaribe retoma e desdobra as diretrizes do *estado funcional*, passando a denominá-lo *estado neobismarckiano*.⁴ Seria um tipo de estado que, em função do atraso brasileiro — e para sua superação — teria que ser forte e autoritário, planejador e intervencionista. Mas isto não significava que devesse ser despótico ou ilegítimo. A burguesia industrial caberia o papel de direção, uma vez que, definida pelo autor como classe mais autêntica e representativa dos interesses da industrialização, seria a única que poderia levar a cabo a constituição desse tipo de estado, o que lhe conferiria uma de suas mais importantes características: *a legitimidade*.

Com esta proposta, Jaguaribe pretendia garantir o desenvolvimento capitalista e evitar qualquer possibilidade de uma alternativa socialista para o Brasil, haja vista o momento de guerra fria que o mundo então atravessava. O combate de Jaguaribe ao socialismo tinha como argumento o fato deste não fazer parte da cultura mais autêntica produzida até então pela humanidade, a cultura ocidental. Tal possibilidade representaria um “perigo” cada vez maior na medida em que o socialismo, no seu entender, teria contrariado as previsões de Marx, instaurando-se nos pólos mais atrasados, onde se verificou uma rápida superação do atraso. Isto teria seduzido alguns países, que acabaram por pagar um preço alto demais, com o surgimento de governos despóticos, ilegítimos e cerceadores da liberdade individual, como os do bloco soviético. De novo, a perspectiva burguesa presente.

Além de captar o atraso brasileiro, não escapa da análise de Jaguaribe a crise em que se encontravam, naquela altura do século XX, as *instituições democrático-burguesas*, chamando a atenção para o fato de que a crise brasileira estaria inserida numa crise maior, a “crise do nosso tempo”. O “nosso tempo” estaria marcado, em meio à guerra fria, tanto pelas limitações do socialismo do bloco soviético,

quanto pela falência do liberalismo. Jaguaribe, que deixava bem claro não querer o socialismo no Brasil, passa a defender a instauração do “capitalismo possível nas condições do nosso tempo e do nosso país”. Ele adota uma espécie de posição intermediária ou *terceira via* de desenvolvimento: nem o liberalismo puro e simples, nem o socialismo, mas uma *socialização do capitalismo*. Este é um dos principais aspectos do nacionalismo de Hélio Jaguaribe.

A *socialização do capitalismo* seria uma forma de distribuir as riquezas produzidas pelo sistema capitalista de produção, sem ter que optar pela socialização de um modelo oposto ao capitalismo, no caso, o socialismo. Desse modo, não se sairia do circuito ocidental, se implementaria o *capitalismo* possível no país e não se correria o risco do Brasil entregar-se ao bloco soviético. O Brasil tinha que encontrar um caminho “próprio e original” — dentro da cultura ocidental — o que não descartava o capitalismo, nem a influência dos Estados Unidos. Porém, para Jaguaribe tampouco poderia o país se entregar de modo incontestado ao satelitismo norte-americano, pois isso só reiteraria sua condição “colonial”. Um país que quisesse construir sua própria nacionalidade não poderia deixar de realizar uma política externa conveniente ao contexto da guerra fria, mas com o cuidado de não perder sua própria identidade e garantir sua autonomia. Com essa posição, Jaguaribe demarcava sua diferença em relação àqueles que, à época, defendiam explicitamente o imperialismo americano.

No entanto, para que toda essa proposta nacionalista de Jaguaribe pudesse se efetivar, dependeria da intervenção decisiva de uma classe: *a burguesia industrial*. Por isso, o grande problema residia na criação das condições para que ela assumisse seu papel, do qual parecia não ter consciência ou não apresentava capacidade para realizar. Jaguaribe reconhece que a própria burguesia industrial tem dificuldade de implementar os esforços que dela dependem para a modernização e o desenvolvimento econômico. Reconhece que a primeira classe que precisa ser “educada” pela *política ideológica* é a própria burguesia. Daí a função dos intelectuais do Iseb de formular essa *política ideológica*, na qual Jaguaribe tanto se empenha. Depois disso é que a burguesia realizaria o *esclarecimento* junto às demais classes no movimento de união de todos os *interesses situacionais de classe*.

É interessante como o autor aponta uma das características históricas fundamentais da burguesia no Brasil que é sua *incompletude de classe*. Ao mesmo tempo que reconhece com

realismo essa questão, alimenta a ilusão de que a burguesia teria condições de superar sua debilidade. Reconhece também a impossibilidade da constituição de um *estado liberal-democrático* no Brasil, propondo como único meio de superar o atraso brasileiro, um estado forte e autoritário. Jaguaribe captura questões essenciais do caso brasileiro, mas sua perspectiva teórico-política burguesa o limita para estabelecer as bases de uma superação efetiva. O autor procura nos processos europeus de constituição das nacionalidades um referencial para o caso brasileiro. Bismarck — e, conseqüentemente a unificação alemã — seria o modelo compatível para se pensar as possibilidades do desenvolvimento brasileiro, uma vez que também era um país marcado pelo atraso na afirmação de sua nacionalidade e desenvolvimento industrial.

Inspirado por tal perspectiva, embora assuma — diga-se de passagem, com um forte senso de realidade para a época — a *impossibilidade da burguesia industrial brasileira ser democrática dentro das condições do atraso brasileiro*, o limite da perspectiva de classe de Jaguaribe é revelado quando analisa as condições do Brasil, na segunda metade do século XX, sem as distinções singulares que o diferenciavam das condições vividas pela Alemanha, no final do século XIX. O “bismarckismo” do estado alemão realizou a unificação nacional da Alemanha num momento anterior às disputas imperialistas, alcançando, inclusive, na seqüência, uma posição de país imperialista dentro do capitalismo mundial. A ilusão de Jaguaribe era acreditar que a reprodução do *bismarckismo* no Brasil, através da montagem de um estado *neobismarckiano* poderia nos colocar dentro do capitalismo mundial, no mínimo, numa posição autônoma e independente, quando isso já não era mais possível dentro do estágio em que as lutas imperialistas se encontravam. Entretanto, mesmo em meio a essa ilusão, o que é notável em Jaguaribe é o fato de ter conseguido romper (sem cair no erro também muito comum daquela época — tanto do pensamento conservador como da própria esquerda) com a identificação automática entre os processos revolucionários burgueses da França e da Inglaterra, no tocante à necessidade de transição de um inexistente “feudalismo” brasileiro para o “verdadeiro” capitalismo.

Para melhor estabelecer as conexões com o pensamento de Hélio Jaguaribe, assim como evidenciar os limites de sua perspectiva de classe e de suas propostas para o país, torna-se imprescindível assinalarmos o contexto histórico que envolveu a particularidade da constituição do capitalismo brasileiro.

A problemática das origens do capitalismo brasileiro.

Diferentemente dos casos clássicos — onde foram geradas condições para a afirmação plena do capital industrial, o chamado “verdadeiro capitalismo” — no Brasil, o capital industrial sempre esteve obstaculizado por uma estrutura atrasada anterior, ressentindo-se das condições que pudessem possibilitar sua afirmação. No Brasil, não se deu o caminho clássico de transição para o capitalismo a partir do feudalismo, como ocorreu na Europa. Na historiografia brasileira foi Caio Prado Júnior que iniciou, no campo do marxismo, uma tradição no pensamento brasileiro preocupada com a identificação da particularidade da constituição do capitalismo no Brasil.

Para Caio Prado a “modernização” da estrutura agrária do Brasil não se deu como nos moldes “clássicos” e nem mesmo como em alguns casos “não clássicos”, por exemplo, a Alemanha. No Brasil houve uma adaptação do latifúndio ao capitalismo de uma forma totalmente peculiar, dentro de uma exploração rural de tipo colonial e não a partir de um domínio rural de tipo feudal. Aqui o latifúndio esteve voltado desde as origens para a produção de valores de troca para o mercado externo e fundado em relações escravistas de trabalho.

O trabalho de Caio Prado Júnior, mesmo isolado durante décadas, passou a obter, a partir de um dado momento, no campo do marxismo, a adesão de alguns intelectuais. Foi na década de 60 que Carlos Nelson Coutinho, autor de inspiração lukacsiana, começou a desenvolver uma reflexão na direção de identificar a gênese do capitalismo brasileiro, aproximando-a, inicialmente da análise sobre a *via prussiana*.⁵ Dentro da mesma tradição, J. Chasin tratou a particularidade brasileira como um capitalismo de extração colonial e nesse sentido sugere o que denomina de via colonial.⁶

Dentro desta tradição marxista, Carlos Nelson Coutinho, ao falar sobre Caio Prado Júnior afirma que “Um dos principais méritos dessa caracterização caiopradiana da natureza de nossa formação social moderna, definida objetivamente como um capitalismo ‘não clássico’, foi precisamente o de permitir ao historiador apresentá-la como capitalista. Essa não era uma posição consensual entre os marxistas, pelo menos até os anos 60. Ignorando a problemática das formas ‘não clássicas’ de transição para o capitalismo (e as peculiaridades da formação capitalista que dela resultam), os marxistas brasileiros — sobretudo os ligados ao PCB — afirmaram durante muitos anos que o Brasil era um país ‘semifeudal’ e ‘semicolonial’, que se defrontava ainda, por conseguinte, com a tarefa de efetuar uma

5. “No Brasil, só em anos muitos recentes, o problema da *via prussiana* mal que aflorou, e alguns raríssimos pesquisadores voltaram sua atenção para ela, em busca de referencial para efeito da análise do caso brasileiro. Neste diapasão, Carlos Nelson Coutinho, assumindo explicitamente a trilha teórico-metodológica lukacsiana, tem-se destacado como pioneiro fértil e bem sucedido, com especial dedicação no campo da análise literária” (Chasin, 1978: 626).

6. Ler a respeito Chasin, 1978: cap. IV.

'revolução democrático burguesa' ou de 'libertação nacional'. Estava implícita a noção — falsa — de que para ser plenamente capitalista era preciso seguir uma via 'clássica' de transição e apresentar todos os traços de um capitalismo igualmente 'clássico'. Os inúmeros equívocos a que isso conduziu, tanto na teoria como na prática, são apontados por Caio Prado em *A revolução brasileira* (Coutinho, 1989: 120).

Preocupado em determinar a particularidade do capitalismo brasileiro, Coutinho explica como Lenin, com base na análise de Marx e Engels sobre o caso *alemão*, formulou o conceito de *via prussiana* para não cometer o erro de transpor mecanicamente para a Rússia a análise dos casos clássicos de transição para o capitalismo. Lenin se atém ao caso alemão, tentando entender seu atraso em relação à Inglaterra e à França — assim como as diferenças frente ao caso norte-americano — para, na seqüência, capturar as características próprias e particulares do atraso russo. Na linha de Lenin para a apreensão do caso russo, para Coutinho, embora haja uma maior proximidade do caso brasileiro com a via prussiana, ela não pode ser transposta literalmente para explicar nossas peculiaridades, mas aproxima-se e ajuda a elucidar o capitalismo do país. Ele afirma que "aqui, a burguesia se ligou às antigas classes dominantes, operou no interior da economia retrógrada e fragmentada. Quando as transformações políticas se tornavam necessárias, elas eram feitas 'pelo alto', através de conciliações e concessões mútuas, sem que o povo participasse das decisões e impusesse organizadamente a sua vontade coletiva. Em suma, o capitalismo brasileiro, ao invés de promover uma transformação social revolucionária — o que implicaria, pelo menos momentaneamente, na criação de um 'grande mundo' democrático — contribuiu, em muitos casos, para acentuar o isolamento e a solidão, a restrição dos homens ao pequeno mundo de uma mesquinha vida privada" (Coutinho, 1967: 142).

Na trilha aberta por Caio Prado Júnior e na esteira de Carlos Nelson Coutinho, para J. Chasin, as semelhanças do caminho prussiano que mais chamam a atenção para o caso brasileiro, tais como, a presença da *grande propriedade rural* — que no caso alemão é proveniente do feudalismo do quadro europeu, ou seja, tem outra gênese histórica — e a *lenta expansão das forças produtivas*, são alusões insuficientes para justificar uma análise simplesmente comparativa, principalmente quando se leva em conta que, na Alemanha, a industrialização ocorre no final do século XIX, com a chance de inserir-se ainda no bloco de países imperialistas. Por outro

lado, “no Brasil a industrialização principia a se realizar efetivamente muito mais tarde, já num momento avançado da época das guerras imperialistas, e sem nunca, com isto, romper sua condição de país subordinado aos pólos hegemônicos da economia internacional. De sorte que o ‘verdadeiro capitalismo’ alemão é tardio, enquanto o brasileiro é hipertardio” (Chasin, 1978: 628). Para o devido entendimento do caso brasileiro, o caminho prussiano pode ser tomado apenas como referência na medida em que fornece elementos assemelháveis que precisam ser pensados dentro da particularidade do Brasil e que serviu de base aos pensadores brasileiros que realizaram um esforço para superar essa dificuldade.

No Brasil, país não clássico de extração colonial, a entificação do capital industrial se dá sem processo revolucionário e gera a impossibilidade da existência de um estado liberal-democrático, o que caracteriza a natureza autocrática de sua burguesia. Entre as opções que se apresentam, a burguesia brasileira sempre tende para uma via autocrática — na linha de uma “conciliação pelo alto” — como único meio possível de impor-se frente às necessidades de expansão dos seus “negócios”. Tal opção autocrática é marcada pela exclusão política e econômica de grandes parcelas da população, daí o caráter anti-democrático. De tal modo o atraso estrutural do caso brasileiro, dado pela extração colonial — trouxe contradições que deram origem a uma burguesia igualmente atrasada e limitada. Não se toca na estrutura fundiária brasileira e a nova burguesia industrial — para poder existir — vê-se obrigada a aliar-se à velha burguesia agro-exportadora. Inviabilizada geneticamente de conquistar sua autonomia política e econômica, a burguesia de extração colonial conformou-se ao papel de mera caudatária dos pólos hegemônicos do capital.

Restrita a esse universo, a burguesia brasileira — que não consegue romper com os países centrais do capitalismo — cai no reformismo, na conciliação pelo alto e se torna incapaz de identificar-se com aspirações de tipo democrático. Assim como a modernização que consegue pleitear assume, paradoxalmente, um caráter profundamente conservador.

A burguesia brasileira, portanto, na condição passiva que não consegue jamais completar seus capitais, fica incapacitada de elaborar um *projeto nacional próprio e independente*. Algumas frações de classe da burguesia, inclusive, nem mesmo estão preocupadas com a formulação de qualquer projeto, assimilando essa condição e procurando tirar apenas os “melhores proveitos dela”: normalmente vantagens extraídas a partir da subsunção aos capitais estrangeiros.

O anacronismo da burguesia brasileira em relação aos países que já se encontravam no universo das disputas imperialistas — disputando e não sendo disputados — inviabilizava na base qualquer conquista de um capitalismo autônomo e auto-sustentado. Aí está um dos maiores dilemas da década de 50 no Brasil.

Esse dilema fomentou, mais do que em qualquer outro momento da história brasileira, duas ilusões nacionalistas básicas: a de que os capitais brasileiros podiam se autonomizar a partir de bases estritamente nacionais, sem a menor subsunção aos capitais estrangeiros; e a que acreditava chegar aos mesmos resultados pelo caminho oposto: pela utilização dos capitais estrangeiros como um meio para atingir esse fim. As duas posições nacionalistas perseguem ilusoriamente a completude do capital, sendo a primeira *contra*, e a segunda *através* do capital externo. A ilusão de Hélio Jaguaribe, localiza-se nesta última.

Acreditando na autonomização do capitalismo brasileiro *através* do capital estrangeiro, Jaguaribe acaba por assimilar em seu discurso a utilização do capital “alienígena” a partir do *nacionalismo de fins* e do *estado neobismarckiano*. Podemos dizer que o autor se inspira na solução para um *país não clássico* de via prussiana, quando, na realidade, se tratava de um *país não clássico* de extração colonial. Por *isso* mesmo, com relação ao imperialismo há uma posição, no mínimo, *paradoxal* de Hélio Jaguaribe. Por um lado, ignora-o objetivamente, ao desconsiderar o passado colonial do Brasil e ao acreditar que se possa atingir o mesmo estágio de desenvolvimento monopolista logrado pela Alemanha. Por outro, assimila a “inevitabilidade” do imperialismo, ao acreditar que o caminho para alcançar aquele estágio seria justamente *através da utilização desses capitais de países imperialistas*. O equívoco do autor é provocado pelo fascínio com que a rapidez da superação do atraso alemão se efetivou. É essa a velocidade que ele deseja ver a burguesia imprimir à industrialização brasileira, e é nessa aposta que se encontra sua principal ilusão, conforme já referido.

Esta posição de Hélio Jaguaribe diante do imperialismo é que o fez ser identificado como o pensador “mais à direita”, dentro do Iseb. E é essa mesma postura diante das relações estabelecidas com o imperialismo mundial que identifica, na década de 50, o modelo de industrialização implementado por Juscelino Kubitschek.

Hélio Jaguaribe e o governo JK.

Considerando-se que a produção isebiana de Jaguaribe realizou-se justamente no decorrer da presidência de Juscelino Kubitschek

(1956-60), são poucas as referências diretas feitas pelo autor a esse governo. Quando o faz, não deixa de ressaltar a tentativa feita por JK no sentido da implementação do desenvolvimento: “O governo Juscelino Kubitschek é um governo que suscitou a adesão das grandes massas rurais e urbanas e assumiu o poder sob a bandeira do desenvolvimento econômico e da transformação econômica e social do país” (Jaguaribe, 1958a: 32). Porém, o autor não deixa de acentuar que esses esforços de JK eram obstaculizados, em grande parte, pela estrutura arcaica do aparelho de estado. Sem reforma política adequada, isto é, sem implementação de “condições institucionais” de nada adiantaria a disposição do presidente da república.

Jaguaribe afirma que o estado brasileiro estaria incapacitado de responder à altura das exigências da modernização, e que a única solução que o tornaria “capaz de uma ação política coerente com o desenvolvimento e dotada da funcionalidade que requer, não consiste apenas em que o Presidente da República, individualmente, seja um homem carregado de boas intenções, mas em que se consiga, por meio da propaganda, da educação ideológica e da organização das forças dinâmicas que propulsionam o desenvolvimento, conquistar bases efetivas para que o governo disponha de condições de apoio” (*Idem*: 33). Não teria sido implementado um *estado de pulso forte*, ausência que fez com que fossem desperdiçadas muitas das “boas intenções” do presidente pois a inexistência “de condições institucionais que possibilitem a execução desses planos tende a neutralizar todo esse esforço, conduzindo a um ‘impasse’ todo o arcabouço das medidas adotadas pelo governo Kubitschek” (*Idem*: 49).

O governo Kubitschek que é normalmente identificado com democracia, se localiza no período de 45 a 64 — dentro do que se considera o período mais democrático da vida brasileira. Porém, quando se pensa que este período foi alvo de pelo menos quatro tentativas de golpes militares, sendo a última vitoriosa, percebe-se a dificuldade de manter estas considerações, sendo necessário um esforço maior de análise. Lúcio Flávio de Almeida em seu trabalho “O Regime Democrático no Período JK: um mito a ser questionado” (1995c) defende que o governo de Juscelino Kubitschek “se, por um lado, possibilitou a implementação de uma política de desenvolvimento capitalista acelerado, por outro, não superou, mas apenas redefiniu, a posição dependente da formação social brasileira. A mesma articulação de forças impossibilitou a transformação da estrutura fundiária; a ruptura com as práticas clientelistas de recrutamento do pessoal do Estado; e mesmo a implantação de um

regime de liberdade sindical e partidária. Tudo isso e mais a forte presença militar no processo de definição da política estatal parecem sugerir que os anos JK ainda estão à espera de muitos estudos que provavelmente contribuirão para questionar uma imagem paradisíaca que, se interessa aos dominantes, faz com que os dominados se voltem para o passado ao invés de — como já foi escrito em um texto clássico — buscarem a poesia em seu próprio futuro” (*Idem*: 18-19).

Assimilando a impossibilidade de se implementar uma indústria nacional a partir de seus próprios recursos, JK não hesitou em assumir a aceleração do desenvolvimento do país com o lema “cinquenta anos em cinco”, dentro da *ilusão nacionalista de que os capitais nacionais poderiam se completar sem a ruptura com a subordinação aos pólos hegemônicos do capitalismo*. Com isso, a política de desenvolvimento capitalista acelerado implementada na segunda metade dos anos 50 “resultou na redefinição da dependência, ao mesmo tempo em que possibilitou o fortalecimento de importantes setores do empresariado industrial nativo” (Almeida, 1995b: 12). Segundo Almeida, para o sucesso dessa redefinição, que contrariava “interesses poderosos, internos e externos”, contribuíram diversos fatores. E aponta um “aparente paradoxo: um dos fatores decisivos foi justamente o apoio dos segmentos nacionalistas da burocracia estatal, especialmente do seu ramo militar” (*Ibidem*).

Ao analisar o nacionalismo da segunda metade da década de 50, Almeida⁷ observa que “o ufanismo dos empresários industriais engajados neste processo — assim como a produção ligeiramente triunfalista do Iseb — só adquire sentido à luz de uma constelação de forças políticas que lutaram efetivamente (com maior ou menor consciência acerca da natureza deste processo) no sentido da consumação, em novos termos, do capitalismo dependente brasileiro. Todavia, a insistente presença, inclusive no plano ideológico, já revelava a fragilidade daquele ‘projeto de hegemonia’” (*Idem*: 13).

Envolvido no contexto do governo Kubitschek — cuja política de desenvolvimento contribuiu para acentuar o caráter dependente do capitalismo brasileiro — o Iseb não poderia escapar às duas ilusões nacionalistas básicas que se confrontavam neste período. Se houve, portanto, alguma homogeneidade no Iseb foi apenas na crença mais geral, acalentada pela quase totalidade de seus pensadores, da possibilidade da constituição de um capitalismo nacional *autônomo*. A forma de atingi-lo — *através* ou *contra* o capital

7. A propósito do nacionalismo, ler também do autor o livro *Ideologia nacional e nacionalismo*. (1995a).

externo — é que os dividia entre nacionalistas e “entreguistas”. Se, portanto, de acordo com o conteúdo de seu nacionalismo, Jaguaribe era identificado automaticamente como “entreguista”, fora do contexto iseбно, seu pensamento apresentava diferenças nada desprezíveis em relação ao pensamento conservador em geral que precisam, no mínimo, ser pontuadas. Foi muito comum a historiografia brasileira absolutizar determinados aspectos do pensamento de Hélio Jaguaribe. Os limites deste artigo não permitem apresentar um quadro de nossa historiografia no tocante ao tratamento que deu ao Iseb e ao autor.⁸ No entanto, vamos nos remeter agora à fase pós-isebiana de Jaguaribe e seu posicionamento frente ao golpe de 64 para, nas considerações finais deste artigo, caracterizar a singularidade de seu pensamento.

A fase pós-isebiana de Hélio Jaguaribe e o posicionamento frente ao golpe de 64.

Considerando o nacional-desenvolvimentismo defendido na primeira fase do Iseb, o intelectual que defende com maior ênfase a necessidade de um estado forte e autoritário, é Hélio Jaguaribe. Nesse sentido, sua produção teórica não está necessariamente descolada daquilo que acabou acontecendo no país a partir do golpe militar. Não podemos dizer, entretanto, que Jaguaribe fez parte das forças que promoveram e efetivaram a intervenção militar, mesmo quando justificou, dez anos depois, a intervenção das Forças Armadas sobre o governo Goulart. Mas podemos dizer que a centralização de poder do estado, de tipo neobismarckiano que propunha, só não estava ali contemplada, entre outras coisas, por ser ocupada no aparelho de estado pelos militares e não pela burguesia, como queria Jaguaribe. Demarcamos isso de início porque alguns autores identificaram a defesa do estado neobismarckiano com a efetivação do golpe.⁹

Jaguaribe constata a debilidade de nossa burguesia e se aflige ao não vê-la assumir o seu papel político. O autor tem consciência disso e expressa objetivamente essa posição. Sua produção teórica é desde sempre a tentativa desesperada de ser o instrumento de esclarecimento da burguesia brasileira no sentido de educá-la e convencê-la a ocupar seu lugar no cenário histórico. Mas 64 mostra a incapacidade histórica da burguesia brasileira em exercer *diretamente* o poder político, revelando mais uma vez seu espírito autocrático e bonapartista.¹⁰ Dividida e temerosa diante do fantasma da “república sindical”, não titubeia, para garantir seus interesses materiais, em delegar às Forças Armadas o controle do estado, a fim de dedicar-se com tranquilidade aos seus negócios.

8. Verificar os indicativos desta questão em Lovatto, 1996: 28-40 e 214-219.

9. Sobre esta identificação ler de Octávio Ianni “Neobismarckismo (Iseb)” (1979: 55-62).

10. Com relação ao bonapartismo ler de Paulo Barsotti “Engels e o Bonapartismo” (1996: 245-246).

A posição de Jaguaribe no que diz respeito ao golpe de 64 e a relação que essa posição tem com sua produção teórica se encontra no artigo “Brasil: estabilidade social pelo colonial-fascismo?”, de janeiro de 1967, mas publicado em 1968,¹¹ e no livro *Brasil: crise e alternativas*, de 1974. Neste último há uma posição bastante compreensiva e de concordância com o ocorrido dez anos antes, com argumentações que chegam a justificar, inclusive, a ilegitimidade do golpe, que inicialmente (no texto de 67) havia merecido de Jaguaribe algumas críticas. Não há exatamente uma mudança de posição entre o texto escrito em 1967 com o de 1974. Há, ao contrário, uma continuidade da lógica utilizada pelo autor na análise do acontecimento. Jaguaribe talvez seja, dos pensadores com passado isebiano, o que com maior realismo reconhece — e acaba diante das circunstâncias admitindo — *a necessidade da burguesia ter que lançar mão dos militares no exercício do poder*. No primeiro texto Jaguaribe fala do golpe em seu primeiro momento, anterior ao “milagre econômico”, e no segundo texto já com os resultados do seu esgotamento.

Inicialmente, Jaguaribe reconhece que a intervenção militar seria uma contra-revolução que se fazia passar por “revolução”, imprimindo ao país um ritmo para alcançar a estabilidade social através do que denomina de *colonial-fascismo*. Para chegar a essa caracterização, analisa Castelo Branco como um governo originalmente reduzido aos termos de um “normalismo conservador de classe média e de anticomunismo”. O próprio controle integral do Estado pelos militares teria garantido amplamente a estabilidade social na medida em que sua auto-legitimação, garantida pelos Atos Institucionais “constituíram o mais formidável reforço do poder público central jamais experimentado no Brasil, resultando em haver equipado o governo com meios coercitivos dificilmente iguais nos regimes mais autoritários” (Jaguaribe, 1974: 40). Através desses meios coercitivos se alcançaria a eliminação do incômodo da resistência popular a quaisquer medidas que viessem a ser tomadas. Jaguaribe afirma que, a partir disso, as diretrizes de Roberto Campos, ministro de Castelo Branco à época, puderam voltar-se para a obtenção da estabilidade financeira, que pressupunha a estabilidade social para se efetivar com maior rapidez, pois o ministro “em sua tentativa de controlar a inflação contava com a vantagem de não ser incomodado pelas dificuldades mais comuns”, dado que “a severa ditadura militar *eliminou a resistência da classe operária*, permitindo a redução dos salários reais dos trabalhadores” (*Idem*: 40, grifos nossos).

Mas o problema central que preocupava Jaguaribe não era a eliminação da resistência da classe operária. Ao contrário, era a

11. Este texto de Jaguaribe compôs um volume originalmente publicado em francês pela revista *Les Temps Modernes*, nº 257, em 1968, todo ele dedicado ao Brasil. Esta revista era editada por Jean Paul Sartre que, no seu interesse pelo Terceiro Mundo, pediu a Celso Furtado a organização desse volume.

situação em que se encontrava a burguesia brasileira. Fora do exercício político, colocava-se nas mãos dos militares e “aceitava” as medidas desencadeadas pelo governo. Assustava-se pela recessão causada pela política antiinflacionária, mas preferia isso às tendências temerosas do governo João Goulart, aceitando o sacrifício de uma temporada de “maus negócios”, do que o risco iminente de hiperinflação. Enfim, a burguesia brasileira, ao invés de estar presente no exercício político de um governo forte e autoritário, como queria Jaguaribe, deixou essa função a cargo dos militares, o que fez com que esse poder político tomasse rumos não necessariamente “controláveis”.

Nas mãos da burguesia, um governo nos moldes propostos por Jaguaribe, de linha neobismarckiana, mesmo atuando por via autoritária e forte, pressupunha a conquista da legitimidade, que por sua vez, só poderia se efetivar com a classe social mais autêntica e representativa — *a burguesia industrial*. Portanto, 1964 não é o estado dos sonhos de Jaguaribe, muito mais por *não ser* a burguesia a estar no exercício político, do que por estar sendo realizado por *via autoritária*. Embora dotado das características que o autor propunha para um *estado funcional* em substituição ao *estado cartorial*, o estado montado em 64 carecia da presença burguesa mais direta.

Mas, afinal, por que a denominação de *colonial-fascismo*? Porque para Jaguaribe, sem a presença direta da burguesia, haveria uma explícita ilegitimidade do poder. O modelo para a estabilidade social teria conduzido à *solução de alguns problemas* brasileiros mesmo sendo à custa de sua gradual desnacionalização. Isso não queria dizer, porém, que a *longo prazo* não viesse a se inviabilizar. Irremediáveis contradições iminentes estariam condenando, de saída, o regime e eram de “dois gêneros: uma afeta seu mecanismo interno, vítima dos resultados da superconcentração de renda e poder por ele gerada. A outra atinge a relação do regime com seu centro metropolitano externo. Em outras palavras, uma resulta de sua característica ou propensão ‘fascista’ e a outra de sua característica ‘colonial’” (*Idem*: 43).

A indicação do esgotamento desse modelo é apontada por não promover a quebra dos laços “coloniais” que interceptavam o nosso desenvolvimento de fato. De novo não é a utilização pura e simples do capital estrangeiro que emperra, segundo Jaguaribe, esse desenvolvimento, mas a crença equivocada de que o estímulo externo poderia, mecanicamente, compensar a falta de dinâmica interna de crescimento. Isso porque, o modelo colonial-fascista visaria “precisamente a impedir as mudanças sociais que seriam

exigidas para o desenvolvimento de uma economia autônoma e endógena" (*Idem*: 44). É de novo a crença — ilusória — de que o capital nacional poderia vir a conquistar independência através do capital estrangeiro, desde que bem disciplinado, o que o chamado *colonial-fascismo* não estaria conseguindo realizar.

Sem esquecer que Jaguaribe faz essa análise em janeiro de 1967, portanto, antes do "milagre", percebemos que o autor tem duas tônicas: reconhece que o *colonial-fascismo* tem contradições irremediáveis que não permitirão sua manutenção a longo prazo, sem deixar de constatar que, mesmo à custa da gradual desnacionalização, promoveu "a resolução de alguns problemas". E conclui sua análise enfatizando a inviabilidade do regime se manter naqueles moldes ao apontar que o setor industrial-urbano brasileiro havia atingido uma complexidade não compatível com um regime militar colonial-fascista de longa duração. Uma vez diluídos com o curso do tempo "os temores que impeliram os setores mais progressistas da burguesia brasileira e a classe média a se associarem às forças reacionárias, impor-se-á de novo, inevitavelmente, à transformação, assim no plano político como no sócio-econômico. Nessas circunstâncias, ou os militares terão de restituir o poder aos partidos políticos — ainda que muitos deles venham a se filiar aos mesmos — e às forças sociais por eles marginalizadas, ou terão eles próprios de modificar, de maneira essencial, o significado de seu regime" (*Idem*: 45-46, grifos nossos).

Os "temores" de Jaguaribe foram, porém, se diluindo crescentemente ao longo dos anos seguintes a partir do modelo traduzido pela alcunha de "milagre econômico", no período de 68 a 73. Os resultados provenientes desse modelo trouxeram um crescimento industrial sem precedentes no Brasil (embora à custa do massacre da classe operária brasileira, o que não se constituía em problema central para o autor) . Não é à toa que Jaguaribe, dez anos depois do golpe, justamente no período de esgotamento do "milagre", volta a analisar os efeitos do regime militar instaurado em 64, fazendo um conjunto de referências mais elogiosas, embora na mesma base de análise, do que as dispensadas no texto de 67. A ênfase dada por Jaguaribe, assim como por vários setores presentes na vida brasileira naquele momento, foi a da necessidade da auto-reforma do regime. Auto-reforma *pedida veementemente neste momento e não antes*, na medida em que somente a partir de 73-74 o "milagre" começa a discontentar alguns e a demonstrar objetivamente os problemas que desde sua gestação indicavam a inevitabilidade de seu esgotamento.

Mantendo sua posição de defesa de um estado neobismarckiano, o autor manifesta, nesta análise de 74, concordância com o desfecho do governo Goulart e o início do regime militar, com muito maior ênfase do que aquela que o havia caracterizado na análise de 67. As ressalvas que ali fazia em relação ao fato de não ter sido a burguesia a assumir o exercício político e as críticas feitas à ilegitimidade que os militares haviam imposto naquele momento são reavaliados. O dado novo que aparecerá neste texto é o de justificação da explícita ilegitimidade do golpe militar como um “mal menor”, *diante dos resultados promovidos pelo regime*, vistos dez anos após sua instauração.

Jaguaribe fundamenta sua posição colocando que nos últimos anos do governo Goulart havia uma “ampla violação” dos preceitos constitucionais, levada a cabo pela própria cúpula do Executivo. E diz que a economia, por sua vez, achava-se à beira de um completo colapso, com uma inflação na casa dos 100%: “Conspirava-se abertamente, nos círculos mais próximos ao Presidente da República, para a implantação de uma ditadura de esquerda, de *conseqüências imprevisíveis*. Era evidente que o regime constitucional não subsistia mais e que as *Forças Armadas tinham de intervir imediatamente, enquanto ainda podiam fazê-lo, para a preservação da ordem pública, na iminência de ser arrastada pelo colapso do regime ou derrocada pelas forças subversivas*” (*Idem*: 50, grifos nossos).

Entre perder as franquias político-eleitorais ou promover o desenvolvimento brasileiro, optou-se pelo segundo, pois, do contrário, segundo Jaguaribe, o país apenas e tão somente assistiria e sofreria diretamente os efeitos de uma guerra civil infrutífera e destruidora. Afirma ainda que “o país passou, assim, a se defrontar com um incontornável dilema: ou se dava prioridade à necessidade de *promover seu desenvolvimento econômico e técnico-organizacional*, para o que necessitava de uma *estabilidade social, política e econômica* só alcançável por intermédio de uma *prolongada intervenção das Forças Armadas* e que certamente não seria compatível com o regime político-eleitoral da constituição de 1946, ou se dava prioridade ao restabelecimento das franquias político-eleitorais, em condições que inevitavelmente restabeleceriam um regime de tipo populista e tornariam a precipitar o país, em termos provavelmente mais radicais, numa crise do tipo da de 1964, cuja reiteração dificilmente o pouparia de uma guerra civil” (*Idem*: 50, grifos nossos). Fica evidente que optou-se pela primeira alternativa.

Às “conseqüências imprevisíveis” de uma “ditadura de esquerda”, a opção por uma ditadura de direita garantiu e não

comprometeu o processo de "ocidentalização" do Brasil, aspecto primordial em nome do qual, para Jaguaribe, todos os sacrifícios valiam a pena, inclusive uma *prolongada* intervenção das Forças Armadas, antes vista com ressalvas.

Essa posição de Hélio Jaguaribe, que de imediato pode parecer estranha a um ex-membro do Iseb, dado que o instituto foi extinto justamente pelo golpe de 64, na verdade é totalmente coerente com sua produção teórica e postura ideológica e, ao contrário do que possa parecer, não é uma descontinuidade com a análise feita em 67. Deve-se atentar para o fato de que Jaguaribe constrói em sua teoria uma justificativa extremamente lógica à manutenção de um regime *despótico, porém legítimo*, neobismarckiano, como define. É nessa direção que acabará justificando a ditadura militar de 64, mesmo nos períodos em que qualquer alegação de legitimidade pareceria absolutamente fantástica, justificada pelo temor do retorno do populismo do governo Goulart que teria criado, com suas promessas demagógicas, uma expectativa inatingível para as massas. Note-se que é em "defesa das massas" que se constrói a justificação dos caminhos do golpe.

Dez anos após o golpe, não aparece mais no discurso jaguaribeano a designação de "golpe de 64" ou "ditadura militar", mas sempre que se refere ao acontecimento Jaguaribe o caracteriza como "o regime social que se instaurou no Brasil em 64". Para Jaguaribe, os frutos do que foi implementado a partir de 68 "demonstram claramente o acerto da política econômica adotada, baseada numa *ampla mas judiciousa* utilização do capital e da tecnologia estrangeiros", fato que o autor temia que não viesse a ocorrer quando escrevia no momento anterior. Diz também que "a prazo longo, o desenvolvimento do país aumentará, continuamente, a capacidade interna de formação de capital e de investimento, assim como seu grau de autonomia tecnológica, reduzindo, correspondentemente, a dependência para com o exterior e a decorrente necessidade de utilização de recursos externos" (*Idem*: 49, grifos nossos).

Portanto, no entender de Jaguaribe, o regime militar acabou realizando as bases para o abandono da situação de subdesenvolvimento do país, através de uma "ampla mas judiciousa" utilização do capital e da tecnologia estrangeiros. É esse aspecto que faz o autor apresentar concordância com aquele regime, o que não é incompatível com sua produção teórica, que sempre nutriu essa ilusão básica de alcance da autonomia nacional *através* do capital "alienígena".

Para Jaguaribe, a intervenção ocorrida em 64 serviu ao país para não precipitá-lo numa guerra civil, dado que preservar *franquias político-eleitorais* seria um preço "alto" demais para o país. Abriu-se mão do regime eleitoral e, diante da impossibilidade de uma solução ideal para o problema da legitimidade institucional do regime, "a opção pelo desenvolvimento, embora à custa das franquias político-eleitorais do antigo sistema constitucional, é entendida como conduzindo, a longo prazo, a condições estáveis de legitimidade" (*Idem*: 51).

"Alto" preço foi aquele pago pelos setores marginalizados pelo regime — as classes trabalhadoras — e não por aqueles que o promoveram, sem contar a duríssima repressão — quando não da tortura e do assassinato — empreendida contra todos seus opositores. E Jaguaribe não podia fazer de conta que a tortura, por exemplo, não havia sido uma realidade do regime militar.

Porém, tudo que envolveu o regime militar é visto por ele, no limite, como um dado inalienável da situação e como garantia tanto do "processo de ocidentalização" como da "estabilidade sócio-econômica". Para Jaguaribe, esse "preço" leva aos resultados *necessários*, pois "na medida em que, com o desenvolvimento, se reduza substancialmente, e ao cabo se elimine, a marginalidade das massas, e se assegurem as bases para uma política redistributiva e mais igualitária, em condições que não mais afetem a estabilidade sócio-econômica do país, nessa mesma medida as franquias político-eleitorais deixam de ser socialmente disruptivas e passam, ao contrário, a estabelecer uma sadia competição para a melhor administração do país" (*Ibidem*). Apesar de no momento ora tratado por Jaguaribe as massas ainda estarem esperando a eliminação de sua marginalidade, o preço pago por trilhar-se o caminho da ilegitimidade para a conquista da legitimidade continuava como um paradoxo.

Como já se apontou, todo esse itinerário de Jaguaribe está servindo ao propósito de indicar a necessidade, naquela altura dos acontecimentos, da *auto-reforma do próprio regime* para que, afinal, se colocasse a burguesia industrial no seu lugar: o poder. É por isso que, somente neste momento de sua produção teórica, e não antes, ele pondera a injustificabilidade e insustentabilidade da perpetuação da *ilegitimidade* do regime, aparecendo pela primeira vez uma dada condenação da utilização do mecanismo da tortura. A necessidade de superar a ilegitimidade fazia com que Jaguaribe indicasse que os requisitos mínimos da legitimidade "se encontram, sistemática ou freqüentemente, violados pela prática do regime. Assinale-se, pela

extrema gravidade de que se reveste, a adoção, como método rotineiro *do sistema de segurança, da prática da tortura. A instituição da tortura*, eticamente mais repelente do que a da escravidão, constituiu uma mancha intolerável do regime, *que nenhuma alegação de segurança nacional pode, em nenhum caso, justificar*" (*Idem*: 80, grifos nossos). É com base, entre outras coisas, nesse tipo de ressalva feita por Jaguaribe que não podemos classificá-lo jamais como um ideólogo do golpe de 64.

Porém, apesar de publicamente declarar não desconhecer a prática da tortura, a ênfase nos aspectos que justificam a adoção dos princípios autoritários do regime ocupa um espaço demasiadamente importante dentro de sua produção teórica. Sem esquecer ainda que, dentro do próprio Iseb, o autor não deixou de fazer recomendações com relação à política externa conveniente ao Brasil defendendo que "a segurança nacional torna aconselhável um aumento da vigilância sobre o comunismo interno e sua adequada contenção ou repressão" (Jaguaribe, 1958b: 290), o que, no limite, não deixa de abrir campo para a prática da tortura. Além disso, mesmo depois dessas objeções, reafirma Jaguaribe que o objetivo do regime militar *como um todo* deve ser valorizado pois "o atual regime brasileiro nem foi o produto de uma conspiração pérfida nem alimenta propósitos inconfessáveis". Mais uma vez a idéia de "mal necessário" se manifesta. Por isso fica amenizada sua condenação à prática da tortura. Se, com essa condenação, não podemos dizer que o autor fazia vistas grossas ao fato, não é menos verdade que a ênfase dada é extremamente insuficiente diante da monstruosidade da utilização de tal instrumento.

A utopia nacionalista de Jaguaribe e o paradoxo de seu discurso

Reservamos esta parte final do artigo para retomar os aspectos mais relevantes do pensamento de Hélio Jaguaribe, a fim de indicar a singularidade de seu discurso.

O tratamento dado pela historiografia ao autor possui uma unanimidade: quase todos reconhecem que seu papel no Iseb foi o de liderança intelectual máxima e que foi o pensador mais conservador daquele instituto. Sem dúvida estes são indicativos que nos parecem procedentes. Porém, o grau de conservadorismo a ele atribuído e sua fundamentação por vezes superestimam algumas de suas colocações, deixando em segundo plano, quando não descontextualizando, aspectos significativos da particularidade de seu pensamento.

Nenhum dos autores trabalhou especificamente a produção isebiana de Hélio Jaguaribe. Por isso mesmo as referências aos seus escritos estão sempre inseridas num contexto mais amplo do Iseb. Foi muito comum, por exemplo, tomarem sua mais importante obra do período, *O nacionalismo na atualidade brasileira*, de forma parcial, e serem citados sempre os mesmos trechos, desconsiderando que a despeito de todo o real conservadorismo ali apresentado, o livro significou, dentro de seus limites, um diálogo não anunciado, mas perceptível, contra as teses da Escola Superior de Guerra — centradas no alinhamento incondicional do Brasil aos Estados Unidos — que, à época, preparava o “espírito nacional” para o golpe de estado que acabou por se efetivar em 1964.¹² Após a pesquisa que desenvolvemos (Lovatto, 1996) pudemos perceber que, no mínimo, a historiografia brasileira trabalhou insuficientemente este texto. Ressalvamos, porém, que no tipo de afirmação que aqui fazemos não se trata de “absolver” Jaguaribe de seu conservadorismo, mas localizá-lo devidamente dentro da singularidade de seu ideário. E chamar a atenção para o fato de que o equívoco no empreendimento desta análise pode descaracterizar o combate ao seu pensamento, que deve se fazer com base em suas reais afirmações, sem correr o risco que se atribuam ao seu discurso características que lhe são estranhas, comprometendo, ao cabo da análise, a eficácia da crítica.

O fator preponderante da identificação de Jaguaribe como conservador dá-se em torno da identificação — correta — de sua perspectiva de classe burguesa, mas principalmente em torno de sua proposta de um estado neobismarckiano. Quando o golpe de 64 instaura um estado autocrático, as possíveis semelhanças do governo militar com a proposta elaborada por Jaguaribe são prontamente descartadas pelo autor, na medida em que a *burguesia nacional teria ficado fora do exercício político e, com isso, tinham sido perdidas as possibilidades de tornar esse estado legítimo*. Lembremos que o que acabou se instaurando teria sido um estado de caráter *colonial-fascista*, ilegítimo, que interrompera a construção do *estado ideal* para a ultrapassagem do subdesenvolvimento brasileiro.

O colonial-fascismo do governo militar teria impedido o autêntico nacionalismo e mantido o país na qualidade de “colônia”. A crítica feita pelo autor naquele momento vinha do fato de que o colonial-fascismo estaria se entregando demasiadamente ao satelitismo norte-americano, abandonando a perseguição de uma autonomia nas relações externas convenientes ao país. Por mais que Jaguaribe pregasse a utilização do capital estrangeiro na superação do subdesenvolvimento — que,

12. A esse respeito, é bastante perspicaz a afirmação de Tancredo Neves em entrevista ao CPDOC: “Na verdade, o Iseb foi criado para não ter a Escola Superior de Guerra, não é?” *Tancredo Neves (Depoimento)*, (1984: 86).

inclusive, poderia implicar forte presença de capitais norte-americanos —, o autor defendia que as relações diplomáticas brasileiras deveriam se pautar pela neutralidade, inclusive com a retomada das relações diplomáticas com o bloco soviético. Todavia, isso deveria se realizar com cuidado, para que os Estados Unidos não ficassem temerosos de que o Brasil intencionasse “mudar de lado”. A tensão — para não dizer o paradoxo — do discurso jaguaribeano é sempre essa: a ilusão da autonomia nacional, sem deixar de estar sob a influência norte-americana no contexto da guerra fria, representante, afinal, mais autêntico da cultura ocidental.

Apesar de defender um estado forte e autoritário, quando denomina o regime de 64 de colonial-fascismo o autor está lhe atribuindo um caráter negativo e não de *concordância*. No entanto, fica claro que o descontentamento do autor com esse colonial-fascismo vem menos do fato de ser autoritário do que por não comportar a presença da burguesia industrial na direção política direta, ainda que esta participe como coadjuvante do processo econômico. Todavia, se o estado construído em 64 não pode ser definido como o “estado dos sonhos” de Jaguaribe, isso não quer dizer que o autor deixe de justificá-lo, principalmente quando se depara, satisfeito, com seus resultados 10 anos depois, no período de esgotamento do “milagre” econômico.

De novo, o paradoxo que marca seu discurso: sua negação inicial do golpe e, na seqüência, seu contentamento com os resultados industrializantes dele, acabam por fazê-lo justificar até mesmo a *ilegitimidade* do regime, antes condenada. Esta aprovação se deve ao fato de a ditadura militar ter afastado o perigo da convulsão social que se desenhava no pré-64, marcado notadamente pelo populismo do governo João Goulart que, segundo o autor, alimentava falsas expectativas nas massas com sua demagogia.

Não se pode afirmar que Jaguaribe seja um democrata convicto, ainda que seu discurso revele que medidas autocráticas seriam *transitórias* e necessárias dada a urgência da superação do atraso brasileiro. A conquista da verdadeira democracia só seria possível depois da concretização do desenvolvimento nacional. Além disso, dois outros elementos afastam o discurso de Jaguaribe de um perfil democrático: em primeiro lugar, a defesa da ilegalidade do Partido Comunista no momento em que o desenvolvimento já estivesse assegurado — isto é, em tese, no momento em que fosse possível um abandono de medidas autocráticas para a adoção de medidas mais democráticas. A justificativa é a de que, antes disso, esse partido serviria como um contrapeso interno ao satelitismo americano. Em

segundo, a frágil e *insuficiente* condenação à tortura contra as forças de oposição promovida pelos militares durante a ditadura. Apesar dessa ressalva em relação ao procedimento da ditadura, o regozijo com os resultados industrializantes do regime militar recebem uma ênfase muito maior do autor.

Mesmo assim, é somente neste momento, e não antes, que o autor começa a se deparar com a necessidade de propor de fato a auto-reforma do regime, pois está preocupado com a proletarização das classes médias que os resultados do esgotamento do "milagre" traziam. A situação de desemprego crescente deixava Jaguaribe temeroso de que o *binômio classes médias + miséria*, viesse a repor um estado de rebelião. Ele insiste na urgência do processo de auto-reforma, pois, do contrário, o questionamento do regime poderia gerar nova convulsão social. Todavia, esta, diferentemente do que ocorreu no pré-64, era agora apenas potencial e, portanto, poderia e deveria ser controlada e evitada.

Esta defesa da auto-reforma do regime não era indiferente a alguns dos principais mentores do golpe de 64. A própria ditadura começava a sentir os sinais da necessidade de "distensão". Porém, Jaguaribe se diferenciava quanto ao *prazo* para realizá-la. Ele queria a imediata auto-reforma, enquanto a ditadura estava preocupada com uma "transição lenta, segura e gradual".

Jaguaribe, na verdade, vê nesse momento a oportunidade para voltar a defender com toda ênfase sua proposta nacional-desenvolvimentista para o país. Para ele o regime militar não teria resolvido várias coisas: deixou de implementar o autêntico nacionalismo, utilizou o capital estrangeiro sem adquirir independência tecnológica, não absorveu as classes médias e não chamou a burguesia a governar. Apesar de sempre reconhecer como positivo o papel dos militares em 64 como guardiães da ordem, Jaguaribe questionava alguns resultados do regime, uma vez que pouco ou quase nada se identificava com a proposta de *terceira via* por ele resumida *como socialização do capitalismo*. Nesta medida, não estaria superada a crise brasileira. Na verdade, o que o autor volta a reclamar é que a burguesia industrial finalmente assuma seu papel de direção no desenvolvimento do país, repondo a ilusão essencial de seu discurso, que acreditava que esta fração de classe ainda tinha uma missão civilizatória a desempenhar.

Por tudo até aqui afirmado, sem discordar da atribuição de um caráter conservador que, sem dúvida, apresenta o discurso de Hélio Jaguaribe, queremos ressaltar que seu pensamento possui originalidade.

Embora permeado por ilusões, entre os intelectuais do seu tempo, ligados à perspectiva do capital, Jaguaribe pode ser apontado como um dos que menos se iludem e até entre os mais arrojados. Isto porque, apesar do seu alinhamento com a modernização industrial, não deixa de sustentar uma modernização dependente e de caráter excludente, como forma de garantir o desenvolvimento brasileiro. Daí a facilidade de incorporar medidas autocráticas e, portanto, não poder ser identificado como um defensor explícito de uma propositura democrática. Ao mesmo tempo e, *paradoxalmente*, também não pode ser, simplesmente, identificado como um dos ideólogos do golpe de 64 ou de regimes de terror.

Por isso estarmos insistindo neste *caráter paradoxal* do discurso, como uma das chaves para a compreensão de seu ideário. Jaguaribe é, ao mesmo tempo, realista e, de certo modo, "utópico".¹³ Detecta limites "culturais" que o atraso do país teria provocado, comprometendo a atuação daquela que para ele seria a responsável pelo desenvolvimento nacional — a burguesia industrial. Dedicou seu projeto intelectual no Iseb à procura de soluções para tal fragilidade. Ao mesmo tempo, propõe soluções irrealizáveis, esperando não só que esta burguesia tome seu lugar na cena histórica, como também o encontro dela com um destino que está incapacitada historicamente de alcançar, uma vez que estão ausentes as condições objetivas para isso.

Todavia, o autor não perde de vista as possibilidades concretas através das quais a industrialização possa vir a se processar. Mas se trata de uma industrialização capitalista e dependente. Daí sua defesa bem mais explícita da intervenção do capital estrangeiro, seu rompimento com o Iseb, em suma, o seu *nacionalismo de fins*, isto é, um nacionalismo mais pragmático que não se perde em grandes devaneios românticos como os nacionalistas que punham fé tão somente nas bravatas do capital nacional. Mas é a utopia da autonomia nacional pelo capital alienígena. Jaguaribe está sempre com um olho no desenvolvimentismo e o outro voltado para a contra-revolução preventiva. O conteúdo reformista de suas propostas induzia à mobilização das classes populares, mais precisamente, dos seus setores "modernos", porém lideradas pela burguesia industrial, com a promessa do distributivismo futuro. Promessa impossível de se efetivar no caso brasileiro.

Em todo o período aqui analisado — dos primórdios do Grupo de Itatiaia até os desdobramentos do golpe de 64, dez anos depois — fica a reafirmação, com as especificidades que distinguem cada momento histórico, do desespero de Jaguaribe em ver realizado o

13. Utopia está sendo utilizada aqui como mero adjetivo que pretende apenas apontar o caráter irrealizável da propositura nacionalista de Jaguaribe.

desejo de assistir à burguesia assumindo o papel de classe dirigente e autônoma do processo de industrialização brasileira. Fica também reafirmada a posição histórica do autor no seu papel conscientemente assumido de ser parte da *intelligentsia* brasileira, do *esclarecimento* educador dessa classe que parece não querer ou não saber qual é seu verdadeiro papel. E fica finalmente também reafirmada a utopia nacionalista de Hélio Jaguaribe aguardando sempre a chegada do dia “d” da reforma ou auto-reforma do regime instaurado em 64.

Mas a intenção do regime não era se reformar com tanta pressa. O que vimos, na seqüência, foi a prolongação dos governos militares ainda por mais dez longos anos, no melhor estilo ESGuiano da abertura lenta, segura e gradual. Assim, o desejo expresso em todas as linhas da produção teórica de Hélio Jaguaribe, de fazer a burguesia brasileira assumir seu papel, viu-se de novo frustrado.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Lúcio Flávio R. de. (1995a). *Ideologia nacional e nacionalismo*. São Paulo, Educ.
- _____. (1995b). “O ‘nacionalismo triunfante’: uma configuração específica do nacionalismo populista no Brasil”. Revista *Teoria e Pesquisa*, 14/15.
- _____. (1995c). *O regime democrático no período JK: um mito a ser questionado*. Comunicação apresentada no XVIII Simpósio Nacional de História da Anpuh-95.
- BARSOTTI, Paulo. (1996). “Engels e o bonapartismo”. *Marx e Engels na História*. São Paulo, Xamã.
- CHASIN, José. (1978). *O integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo híper-tardio*. São Paulo, Ciências Humanas.
- CORBISIER, Roland. (1960). *Formação da cultura brasileira*. Rio de Janeiro, Iseb.
- COUTINHO, Carlos Nelson. (1967). *Literatura e humanismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- _____. (1989). “Uma via ‘não-clássica’ para o capitalismo”. D’Incao, Maria Angela (org.). *História e ideal — Ensaio sobre Caio Prado Júnior*. São Paulo, Unesp/Brasiliense.
- GUILHERME, Wanderley. (1962). “Quem dará o golpe no Brasil?” *Cadernos do Povo Brasileiro*, nº 5, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- HOLANDA, Nestor de. (1963). “Como seria o Brasil socialista?” *Cadernos do Povo Brasileiro*, nº 8, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- IANNI, Octávio. (1979). “Neobismarckismo (Iseb)”. *O ciclo da revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- JAGUARIBE, Hélio. (1957). *A filosofia no Brasil*. Rio de Janeiro, Iseb.
- _____. (1958a). *Condições institucionais do desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Iseb.
- _____. (1958b). *O nacionalismo na atualidade brasileira*. Rio de Janeiro, Iseb.

- _____. (1956). "Para uma política nacional do desenvolvimento". *Cadernos do Nosso Tempo*. Rio de Janeiro, nº 5.
- _____. (1962). *Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura.
- _____. et alli. (1968). "Brasil: estabilidade social pelo colonial-fascismo?". Furtado, Celso. *Brasil: tempos modernos*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- _____. (1974). *Brasil: crise e alternativas*. Rio de Janeiro, Zahar.
- JULIÃO, Francisco. (1962). "Que são as Ligas Camponesas?". *Cadernos do Povo Brasileiro*, nº 1, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- LENIN, V. I. (1980). *O Programa Agrário*. São Paulo, Ciências Humanas.
- LOVATTO, Angélica. (1996). *A utopia nacionalista de Hélio Jaguaribe: os tempos do Iseb*. Dissertação de Mestrado, PUC-SP.
- MONTEIRO, Sylvio. (1963). "Como atua o imperialismo ianque?". *Cadernos do Povo Brasileiro*, nº 12, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- NEVES, Tancredo. (1984). *Tancredo Neves (Depoimento)*. Rio de Janeiro, FGV/CPDOC.
- PEREIRA, Osny Duarte. (1962). "Quem faz as leis no Brasil?". *Cadernos do Povo Brasileiro*, nº 3, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- PINTO, Álvaro Vieira. (1962). "Por que os ricos não fazem greve?". *Cadernos do Povo Brasileiro*, nº 4, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- PRADO JR, Caio. (1989). *Formação do Brasil contemporâneo — Colônia*. 21ª ed., São Paulo, Brasiliense.
- _____. (1987). *A revolução brasileira*. 7ª ed., São Paulo, Brasiliense.
- RAMOS, Guerreiro. (1960). *O problema nacional do Brasil*. Rio de Janeiro, Saga.
- SODRÉ, Nelson Werneck. (1978). *A verdade sobre o Iseb*. Rio de Janeiro, Avenir.
- _____. (1962). "Quem é o povo no Brasil?". *Cadernos do Povo Brasileiro*. nº 2, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- TOLEDO, Caio Navarro de. (1982). *Iseb: fábrica de ideologias*. 2ª ed., São Paulo, Ática.
- _____. (1986). "Teoria e ideologia na perspectiva do Iseb". Moraes, R. (Org.). *Inteligência Brasileira*. São Paulo, Brasiliense.